



ISSN 2674-8169



Latindex



DOI



Acesso aos Centros de Atenção Psicossocial no Brasil: Análise da Rede de Atenção Psicossocial

Fernando Malachias de Andrade Bergamo , Flávia Licia Mendes de Assis, Crisllayne Silva de Araújo , Maria Eduarda Rodrigues Pantoja da Cruz , Dalk Dias Salomão Neto , Lorena Tedesco Ribeiro, Marcelo da Silva Braz, Valéria Paula Sassoli Fazan



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2026v8n2p936-947>

Artigo recebido em 17 de Janeiro e publicado em 17 de Fevereiro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A saúde mental constitui um dos principais desafios contemporâneos de saúde pública, especialmente em países de grande extensão territorial e desigualdades socioeconômicas, como o Brasil. No contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, iniciada na década de 1980 e consolidada pela Lei nº 10.216/2001, houve a substituição progressiva do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção territorializada, comunitária e psicossocial. Nesse cenário, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) configuram-se como dispositivos estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011, sendo responsáveis pelo atendimento de pessoas com sofrimento psíquico grave e persistente, incluindo transtornos mentais e problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Os CAPS atuam de forma articulada com a Atenção Primária à Saúde e outros pontos da rede, promovendo cuidado integral, reinserção social e redução de internações psiquiátricas. O objetivo do estudo é analisar o acesso dos Centros de Atenção Psicossocial no Brasil, no contexto da Rede de Atenção Psicossocial. Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de abordagem quantitativa, realizado a partir de dados secundários extraídos do DATASUS, por meio do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Foram analisados os atendimentos realizados nos CAPS no Brasil, no período de 2021 a 2025, totalizando 92.937.080 atendimentos no país. Diante desse contexto, torna-se relevante analisar a evolução dos CAPS no Brasil, a fim de avaliar a cobertura populacional e identificar possíveis assimetrias regionais no âmbito da RAPS. Tal análise pode subsidiar o planejamento em saúde e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à atenção psicossocial.

Palavras-chave: Acesso a serviços de saúde. Saúde mental. Serviços de saúde mental; Política de saúde.

Access to Psychosocial Care Centers in Brazil: An Analysis of the Psychosocial Care Network

ABSTRACT

Mental health is one of the main contemporary public health challenges, especially in countries with large territorial extensions and socioeconomic inequalities, such as Brazil. In the context of the Brazilian Psychiatric Reform, initiated in the 1980s and consolidated by Law No. 10.216/2001, there was a progressive replacement of the hospital-centric model with a territorialized, community-based, and psychosocial care network. In this scenario, Psychosocial Care Centers (CAPS) are configured as strategic devices of the Psychosocial Care Network (RAPS), established by Ordinance No. 3.088/2011, being responsible for the care of people with severe and persistent mental suffering, including mental disorders and problems related to the use of alcohol and other drugs. CAPS work in an articulated manner with Primary Health Care and other points in the network, promoting comprehensive care, social reintegration, and reduction of psychiatric hospitalizations. The objective of this study is to analyze access to Psychosocial Care Centers in Brazil, within the context of the Psychosocial Care Network. This is an ecological, descriptive study with a quantitative approach, conducted using secondary data extracted from DATASUS, through the SUS Outpatient Information System and the National Registry of Health Establishments (CNES). The analysis considered the services provided at CAPS in Brazil from 2021 to 2025, totaling 92.937.080 services nationwide. Given this context, it is relevant to analyze the evolution of CAPS in Brazil in order to assess population coverage and identify possible regional asymmetries within the Psychosocial Care Network. This analysis can support health planning and the strengthening of public policies focused on psychosocial care.

Keywords: Access to health services. Health policy. Mental health. Mental health services.

Autor correspondente: difernandoberqamo@hotmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais configuram-se como um dos principais desafios contemporâneos de saúde pública, afetando uma parcela significativa da população mundial e impondo impactos substanciais sobre a qualidade de vida e os sistemas de saúde. Entre essas condições, destacam-se a ansiedade e a depressão, que acometem aproximadamente 284 milhões e 264 milhões de pessoas, respectivamente, contribuindo de forma expressiva para os anos de vida perdidos por incapacidade e para a carga global de doenças (Dos Santos Treichel; Do Carmo; Campos, 2025). Estima-se que uma em cada oito pessoas viva com algum transtorno mental, sendo essas condições responsáveis por elevada demanda por serviços de saúde e importante causa de incapacidade em nível global (Merss et al., 2025).

No Brasil, a magnitude desse problema é particularmente relevante, uma vez que o país apresenta elevada prevalência de transtornos ansiosos e depressivos, figurando entre os maiores índices da América Latina (Merss et al., 2025). Além disso, o sofrimento psíquico desponta entre os principais motivos de procura pelos serviços de saúde, reforçando a necessidade de organização de redes assistenciais capazes de garantir acesso oportuno e cuidado integral.

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico como porta preferencial de entrada do sistema, possibilitando identificação precoce de transtornos mentais, intervenções oportunas e acompanhamento longitudinal dos usuários (Alves et al., 2024; Dimenstein; Macedo; Gomes, 2022). A integração da saúde mental à APS tem sido reiteradamente apontada como estratégia fundamental para ampliar o acesso e melhorar os desfechos terapêuticos, especialmente quando articulada a modelos colaborativos de cuidado e suporte especializado (Dos Santos Treichel; Do Carmo; Campos, 2025).

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a RAPS, instituída pela Portaria nº 3.088/2011, organiza os pontos de atenção voltados ao cuidado integral às pessoas com sofrimento psíquico e necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas (Meirelles; Kantorski, 2021). Estruturada em base territorial e comunitária, a rede



articula a APS, os CAPS, serviços de urgência e emergência, atenção hospitalar e dispositivos de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico e promover cuidado em liberdade (Michelle; Gallassi, 2024; Sampaio; Bispo Júnior, 2021).

Os CAPS desempenham papel central na articulação do cuidado territorial e no atendimento de casos graves e persistentes, atuando em conexão com a APS para garantir continuidade do cuidado e suporte especializado (Alves et al., 2024). Além disso, estratégias como o apoio matricial favorecem a integração entre níveis assistenciais, oferecendo suporte técnico e pedagógico às equipes da atenção básica, contribuindo para a corresponsabilização do cuidado e redução de encaminhamentos desnecessários (Dos Santos Treichel; Do Carmo; Campos, 2025),

As dificuldades de acesso tornam-se ainda mais evidentes em populações em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua, cujas necessidades em saúde mental frequentemente se associam ao uso prejudicial de substâncias, rupturas familiares e condições extremas de exclusão social (Fraga et al., 2025). Além disso, o aumento da demanda por atenção psicossocial relaciona-se a fenômenos complexos, como o comportamento suicida, considerado problema de saúde pública multifatorial e uma das principais causas de mortalidade no mundo (Mirna et al., 2025). Tal cenário reforça a necessidade de qualificação permanente dos profissionais de saúde e fortalecimento das práticas psicossociais para o reconhecimento e manejo do sofrimento psíquico.

Diante desse contexto, compreender o acesso aos serviços da RAPS e sua capacidade de resposta às demandas contemporâneas em saúde mental torna-se fundamental para o aprimoramento das políticas públicas e a consolidação do modelo de atenção psicossocial no Brasil. Assim, este estudo tem como objetivo analisar o acesso aos Centros de Atenção Psicossocial no Brasil, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, buscando compreender sua utilização e os desafios para a garantia do cuidado integral em saúde mental.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e de abordagem quantitativa, complementado por revisão da literatura. Os dados assistenciais foram obtidos por meio do DATASUS, utilizando o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), para levantamento do número de atendimentos realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, no período de 2021 a 2025. Também foram consultados indicadores e relatórios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a fim de complementar a análise da oferta e do acesso aos serviços. Paralelamente, realizou-se busca bibliográfica nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores DeCS/MeSH relacionados à Rede de Atenção Psicossocial e ao acesso aos serviços de saúde mental, combinados pelo operador booleano AND: “psychosocial care network” AND “Brazil” AND “access”. Foram identificados 105 estudos na SciELO, 36 na PubMed e 100 no Google Acadêmico, dos quais, após aplicação dos critérios de elegibilidade, selecionaram-se 8, 2 e 2 artigos, respectivamente, para compor a análise. Por se tratar de estudo com dados secundários, de domínio público e sem identificação individual, não será necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A análise da RAPS evidenciou a ampliação da oferta de serviços comunitários de saúde mental no Brasil nos últimos anos. Até dezembro de 2025, o país contabilizou 3.067 CAPS habilitados, distribuídos em 2.037 municípios, demonstrando significativa capilarização territorial da rede (Tabela 1).

Tabela 1: Quantitativo dos centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento.

Quantidade total de Centros de Atenção Psicossocial	Municípios com Centros de Atenção Psicossocial	Unidades de Acolhimento Adulto	Unidades de Acolhimento Adulto	Municípios com Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) III	Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil
3.067	2.037	55	165	119	31



Fonte: Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dados atualizados até dezembro de 2025.

No período analisado, observou-se um crescimento progressivo no número de CAPS habilitados. Em 2021, havia 2.798 unidades, aumentando para 2.834 em 2022 e 2.881 em 2023. Em 2024, esse número alcançou 3.016 serviços, chegando a 3.067 unidades em 2025, o que representa expansão contínua da estrutura assistencial voltada ao cuidado em saúde mental no âmbito comunitário (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade dos centros de atenção psicossocial habilitados.

Quantidade total de Centros de Atenção Psicossocial habilitados	
2021	2.798
2022	2.834
2023	2.881
2024	3.016
2025	3.067

Fonte: Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dados atualizados até dezembro de 2025.

No que se refere aos dispositivos de suporte residencial transitório, foram identificadas 165 Unidades de Acolhimento (UA) Adulto e 31 Unidades de Acolhimento Infantojuvenil em funcionamento no país. Além disso, registraram-se 55 unidades específicas para acolhimento adulto no contexto da reabilitação psicossocial (Tabela 1).

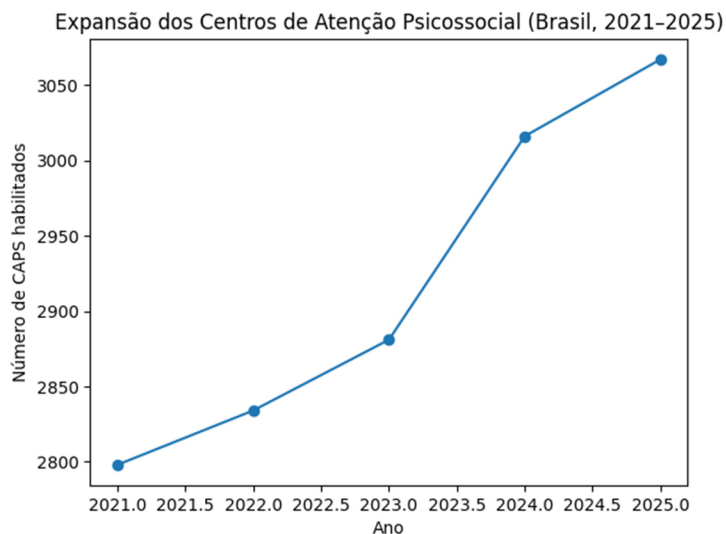
No campo do cuidado relacionado ao uso de álcool e outras drogas, observou-se a presença de CAPS Álcool e Drogas III (CAPS AD III) em 119 municípios (Tabela 1), indicando a expansão de serviços especializados voltados ao atendimento contínuo e integral de usuários com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

Quanto à utilização dos serviços, foram registrados 14.122.837 atendimentos em 2021, 16.263.332 em 2022, 19.542.784 em 2023, 20.484.225 em 2024 e 22.393.261 em 2025, totalizando 92.937.080 atendimentos no período analisado, evidenciando elevada demanda pelos serviços de atenção psicossocial no país.

DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam expansão contínua da RAPS entre 2021 e 2025 (Figura 1), com aumento progressivo no número de CAPS habilitados e ampliação de dispositivos estratégicos de cuidado territorial. Esse crescimento reforça o movimento histórico da Reforma Psiquiátrica brasileira, que buscou substituir o modelo hospitalocêntrico por uma atenção comunitária, territorializada e centrada no sujeito (SAMPAIO; BISPO JÚNIOR, 2021).

Figura 1: Expansão dos Centros de Atenção Psicossocial no Brasil entre 2021 a 2025.



Fonte: Ministério da Saúde (CNES). Elaboração própria.

A ampliação dos CAPS e sua distribuição em mais de dois mil municípios indica avanço na capilaridade da rede e no acesso territorial aos cuidados psicossociais. Entretanto, a literatura destaca que, apesar dos avanços estruturais, persistem desafios relacionados à distribuição desigual dos serviços, subfinanciamento e fragilidade na articulação entre os pontos da rede, fatores que podem comprometer a efetividade do acesso (SAMPAIO; BISPO JÚNIOR, 2021).

A elevada demanda por cuidados em saúde mental observada no país reflete a magnitude dos transtornos mentais como problema de saúde pública global, especialmente ansiedade e depressão, responsáveis por significativa carga de incapacidade e impacto socioeconômico (DOS SANTOS TREICHEL; DO CARMO; CAMPOS, 2025). No Brasil, a elevada prevalência de transtornos ansiosos e depressivos reforça a necessidade de ampliação e qualificação dos serviços psicossociais (MERSS et al., 2025).



A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel fundamental como porta de entrada do sistema e articuladora do cuidado em saúde mental, favorecendo a identificação precoce e o acompanhamento longitudinal dos usuários (ALVES et al., 2024; DIMENSTEIN; MACEDO; GOMES, 2022). Nesse contexto, os CAPS assumem função estratégica como serviços especializados de base comunitária, responsáveis pelo cuidado dos casos graves e persistentes e pela articulação do cuidado territorial.

Apesar da expansão da rede, estudos apontam que dificuldades no acesso persistem, incluindo listas de espera, limitação da capacidade de atendimento e sobrecarga dos serviços, o que restringe o acolhimento universal e oportuno (SAMPAIO; BISPO JÚNIOR, 2021). Ademais, a insuficiente capacitação de profissionais da atenção primária e o estigma relacionado aos transtornos mentais podem limitar a resolutividade do cuidado e desencorajar a busca por assistência (DOS SANTOS TREICHEL; DO CARMO; CAMPOS, 2025).

A ampliação de dispositivos como CAPS AD III e Unidades de Acolhimento evidencia a preocupação com populações em situação de maior vulnerabilidade, especialmente pessoas com transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Esse cuidado é prioritário no âmbito do SUS e deve garantir acesso integral, universal e equânime, sobretudo para populações em situação de rua, que enfrentam múltiplas barreiras no acesso aos serviços (FRAGA et al., 2025).

Além disso, a presença significativa de transtornos mentais em contextos hospitalares e de emergência reforça a necessidade de integração entre os diferentes níveis de atenção, evitando fragmentação do cuidado e garantindo abordagem integral das dimensões biopsicossociais (JESUS; ALBUQUERQUE; SANTOS, 2025).

Outro desafio relevante refere-se à prevenção do suicídio, considerado um problema multifatorial e uma das principais causas de mortalidade mundial. A Rede de Atenção Psicossocial desempenha papel central na identificação precoce do sofrimento psíquico e na implementação de estratégias preventivas, sendo a qualificação permanente dos profissionais uma ferramenta essencial para fortalecer o cuidado psicossocial (MIRNA et al., 2025).



Nesse cenário, estratégias como o apoio matricial e o cuidado colaborativo têm demonstrado potencial para qualificar a assistência e ampliar a capacidade de resposta da atenção primária, promovendo integração entre níveis assistenciais e corresponsabilização pelo cuidado (ALVES et al., 2024; DOS SANTOS TREICHEL; DO CARMO; CAMPOS, 2025).

Portanto, embora os dados evidenciem avanços importantes na estrutura e expansão da RAPS, os desafios relacionados à qualidade do acesso, equidade territorial, qualificação profissional e articulação da rede indicam a necessidade de fortalecimento contínuo das políticas públicas de saúde mental, visando garantir cuidado integral, humanizado e centrado nas necessidades dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do acesso aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil evidencia avanços na consolidação do modelo comunitário de cuidado em saúde mental, com expansão progressiva dos Centros de Atenção Psicossocial e ampliação da cobertura territorial. Apesar desse crescimento estrutural, os achados indicam que persistem desafios relacionados à capacidade de atendimento, desigualdades regionais, qualificação profissional e integração efetiva entre os níveis de atenção. O aumento da demanda por cuidados psicossociais reforça a relevância da RAPS como componente essencial do Sistema Único de Saúde, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de fortalecimento da atenção primária, do apoio matricial e de estratégias que reduzam barreiras de acesso para populações vulneráveis. Dessa forma, a consolidação de políticas públicas intersetoriais e o investimento contínuo na rede tornam-se fundamentais para garantir cuidado integral, equânime e humanizado às pessoas em sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. V. et al. Uma revisão narrativa do apoio matricial em saúde mental entre as equipes CAPS-ESF no cenário brasileiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 34, p. e34008, 22 abr. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): uma proposta integral para o cuidado em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2021



DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P.; GOMES, F. M. Atenção psicossocial nos serviços de atenção primária à saúde: desafios à integração no Brasil. *Mental*, v. 14, n. 25, p. 1–13, 2022.

DOS SANTOS TREICHEL, C. A.; DO CARMO, L. A.; CAMPOS, R. T. O. Mudanças na percepção dos profissionais da atenção primária quanto ao cuidado em saúde mental a partir da implementação do apoio matricial. *Saúde em Debate*, v. 49, n. 145, jun. 2025.

FRAGA, P. V. R. et al. Entre as ruas e a RAPS: Revisão integrativa sobre acesso das pessoas em situação de rua aos Serviços de Saúde Mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, jan. 2025.

JESUS, S. C. R. DE; ALBUQUERQUE, P. C. DE; SANTOS, N. T. V. Gestão do cuidado em saúde mental no hospital geral: uma abordagem psicossocial das internações clínicas. *Saúde em Debate*, v. 49, n. 146, 2025.

MAEDER, B. J.; HOLANDA, A. F. ARRANJOS ASSISTENCIAIS EM UMA REDE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO SUL DO BRASIL. *Psicologia em Estudo*, v. 29, p. e54679, 22 jan. 2024.

MERSS, C. E. et al. Rastreamento em Saúde Mental pelos Agentes Comunitários de Saúde: percepções coletivas e partilha de experiências — um estudo piloto. *Interface - Comunicação Saúde Educação*, v. 29, 1 jan. 2025.

MEIRELLES, M. C. P.; KANTORSKI, L. P. Ação Comunicativa: um olhar sobre processos de gestão de uma Rede de Atenção Psicossocial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 4183–4192, set. 2021.

MICHELLE; ANDREA DONATTI GALLASSI. Práticas de articulação de rede na atenção psicossocial: quais desafios enfrentam os profissionais para matricular, reunir-se e encaminhar? *Interface*, v. 28, 1 jan. 2024

MIRNA et al. Atenção às demandas das pessoas com comportamento suicida na RAPS de um município do centro-sul do Ceará: saberes e práticas dos profissionais de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 34, n. 2, 1 jan. 2025.

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: <<https://novasage.saude.gov.br/politicas-programas-projetos-estrategias-e-acoas/rede-de-atencao-psicossocial-raps?tab=687a89d328fcb500017d5966>>.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Towards comprehensive mental health care: experiences and challenges of psychosocial care in Brazil. *BMC Public Health*, v. 21, n. 1, 8 jul. 2021.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 3, 2021.

The Lancet Psychiatry. Global Burden of Disease 2021: mental health messages. *Lancet*. 2021; 11(8):P573.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Suicide worldwide in 2019: global health estimates. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>>

WHO highlights urgent need to transform mental health and mental health care. Disponível em:



***Acesso aos centros de atenção psicossocial no Brasil: análise da Rede de Atenção
Psicossocial***

Autor 1 *et. al.*

<https://www.paho.org/en/news/17-6-2022-who-highlights-urgent-need-transform-mental-health-and-mental-health-care?utm_source=chatgpt.com>.